

O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Autora: Carolina Rosa Kader; **orientadora:** Vera Mara Vidal Peroni

OBJETIVO

Analisar as múltiplas formas de relação entre o público e o privado na educação em países latino-americanos: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia, e Brasil, para entender como esta relação interfere nas políticas públicas e na democratização da educação na América Latina.

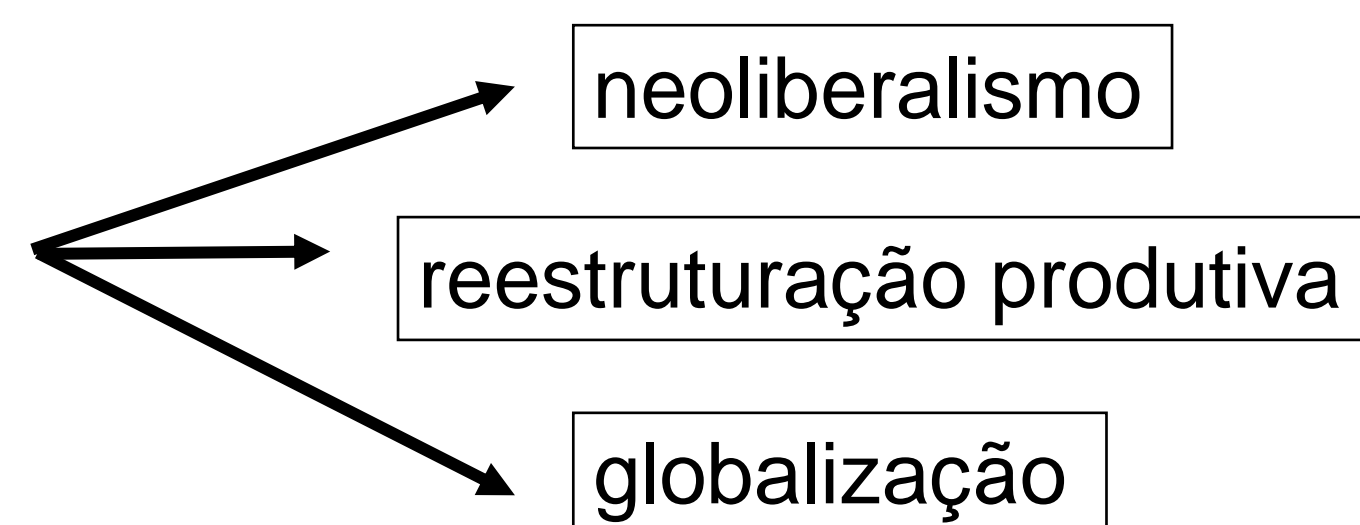
METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa teve como base a identificação das fontes primárias e secundárias, por meio do levantamento da organização dos Estados segundo suas constituições, dos dados populacionais e socioeconômicos, bem como histórico dos processos de redemocratização.

FUNDAMENTAÇÃO

A relação entre o público e o privado no que tange as políticas educacionais retrata as transformações econômicas e sociais em um processo de relação (THOMPSON, 1981, 2006), no qual Estado e sociedade civil são partes que compõem o movimento de correlação de forças (GRAMSCI, 1989) entre sujeitos (THOMPSON, 1981) situados em um contexto histórico e também geográfico (HARVEY, 2008).

Os países latino-americanos estavam avançando em direção a participação popular e a luta por direitos sociais, a democracia sofreu o impacto das estratégias do capital para a superação de sua crise:



Observou-se um descompasso entre o processo de abertura democrática em que viviam os países da América Latina e a crise da democracia

Democracia

Materialização de direitos e de igualdade social (WOOD, 2003) e coletivização das decisões (VIEIRA, 1998).

CONSIDERAÇÕES

Apesar de termos avançado na materialização direitos através da legislação, temos a dificuldade de implementá-los. Assim sendo, se as redefinições no papel do Estado, em âmbito internacional, apresentam importantes implicações para o processo de democratização e a minimização de direitos universais e de qualidade para todos, esse processo é ainda mais problemático em países que viveram ditaduras e estão em um processo recente de luta por direitos materializados em políticas.

No caso da promoção do direito social à educação, verifica-se que o Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil.

BIBLIOGRAFIA

IVALDO, Vieira. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 1998; FRANCO, Maria A. Ciavatta; PUIGGRÓS, Adriana; BERTUSSI, Guadalupe T. **Estudos Comparados e Educação na América Latina**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992; HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008; PERONI, Vera (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013; THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZaharEditores, 1981. WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003. HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.